



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 14/2012

Data da Reunião Ordinária – 5 de julho de 2012

Início da Reunião 14.30 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Máximo de Jesus Afonso Ferreira

Vereadores: Rui Paulo Serras Vermelho

Rui José da Silva Pires

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenador Técnico



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 5 de julho de 2012, com início pelas 14.30 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 14.ª Alteração ao Orçamento e 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

3. PATRIMÓNIO -----

3.1 - Concurso Público para Adjudicação do Arrendamento do Espaço destinado a Comércio ou Serviços Indiferenciados, sito na Rua Luís de Camões, N.º 38, em Constância -----

4. OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS -----

4.1 - Maria José dos Santos Morgado Garcia (Proc. N.º 42/2012) - Emissão de Certidão - Aumento do número de comproprietários -----

5. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

5.1 - Empreitada "Alteração de moradia, n.º 22 - Rua Luís de Camões - Constância" - Auto de Receção Definitiva -----

6. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

6.1 - Prémio Camões - ano letivo 2011/2012 -----

6.2 - Viagem de Estudo Portugal/Espanha - Alargamento de critérios de seleção -----

7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

7.1 - U.D.O. - União Desportiva do Oeste - 7.ª Volta a Portugal Júnior - 30 de Agosto a 2 de Setembro de 2012 (2.2.14.3) -----

8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

8.1 - Programa Viver Constância - Edição de 2011 – Proposta -----

8.2 - Prestação de Serviços pela Empresa de Inserção "Os Quatro Cantos do Cisne" – Proposta -----

8.3 - Lei dos Compromissos, pagamentos em atraso e utilização de empréstimo -----

9. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

10. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 5 de julho de 2012



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Máximo Ferreira

(Máximo de Jesus Afonso Ferreira)

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e doze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Máximo de Jesus Afonso Ferreira, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores(as): Rui Paulo Serras Vermelho, Rui José da Silva Pires e Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim.-----

Faltou a esta reunião a Senhora Vereadora, Maria Manuela de Oliveira Arsénio, por se encontrar de férias.-----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenador Técnico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente; Manuela Lopes, Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico.-----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram catorze horas e trinta minutos.-----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou a inclusão de uma proposta sobre o alargamento do número de alunos a beneficiar da Viagem de Estudo Portugal/Espanha.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Questões colocadas pelos Vereadores do Partido Socialista: “1 - UNIÃO JAZZ MALPIQUENSE

- Desde o início do mandato que os vereadores do PS se disponibilizaram para colaborar no sentido de ultrapassar o impasse ou interregno que já dura há vários anos na União Jazz Malpiguense, perdendo-se, entre outras, a possibilidade de uso da sua ampla e polivalente sede para a realização de atividades que poderiam servir não só a população de Malpique como da freguesia de Santa Margarida da Coutada. Pergunta-se por isso, mais uma vez, o que é que a autarquia, designadamente o Senhor Presidente e a Vereadora que detém o pelouro do associativismo, já fizeram para resolver ou ajudar a resolver essa situação e o que pensam ainda promover.”-----

Intervenção do Presidente da Câmara: “ Tem-se mantido algum contacto verbal com associados da União Jazz Malpiguense e com elementos que constituem os corpos sociais. Dada a ausência de vontade em solucionar o problema, a autarquia não tem meios para obrigar uma solução que garanta o posterior funcionamento da Associação. -----

”2 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO – CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS –

Este plano, entrou em vigor no início de 2010 e, independentemente da monitorização externa, previa a constituição de um serviço próprio de auditoria interna. Pergunta-se se já foram elaborados os relatórios de 2010 e de 2011 e respetivas conclusões para efetivamente se perceber das práticas implementadas e agir no sentido da melhoria de procedimentos.”

Intervenção do Presidente da Câmara: “Informou que irá responder por escrito.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

“3 – *BANHOS NO RIO ZÊZERE* – Pelos piores motivos, mais uma vez, foi notícia a perigosidade da prática banhar no Rio Zêzere, em Constância. Sabemos que Constância não tem uma praia fluvial ou reúne condições para a ter atualmente, todavia não deixa de ser verdade que embelezou as margens do rio e convida ao seu desfrute. Por isso mesmo se pergunta que medidas tem tomado a autarquia, em conjunto ou não com as entidades que desenvolvem práticas desportivas no Rio Zêzere, nomeadamente com as que utilizam o Centro Náutico, para avisar e preparar a população para os riscos existentes e minimizar esses riscos.”-----

Intervenção do Presidente da Câmara: “Informou que irá responder por escrito.” -----

Informação da Vereadora Júlia Amorim: “*Prestação de Cuidados de Saúde Primários no Concelho:* Como é do conhecimento geral, a Câmara municipal tem vindo a fazer sentir o problema da insuficiência de cuidados de saúde prestados no concelho, junto dos organismos que tutelam a saúde, designadamente no Conselho de Comunidade, ao Diretor Executivo do ACES do Zêzere, ao Sr. Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT e ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, tendo a autarquia por várias vezes, manifestado a sua disponibilidade para analisar possíveis soluções que possam superar a falta de condições no âmbito dos cuidados de saúde, ainda que extravasem as suas competências. Contudo, e até à presente data, não nos foram apresentadas quaisquer propostas de colaboração, por parte de qualquer organismo do Serviço Nacional de Saúde, continuando a situação muito preocupante.”-----

No respeitante à freguesia de Santa Margarida da Coutada um dos ficheiro é assegurado pela médica de Medicina Geral e Familiar e o outro com cerca de 1250 utentes, pelo seu médico de família, Dr. Fernando Siborro, que não obstante exercer as funções de Diretor executivo Aces do Zêzere se disponibilizou, com inegável esforço pessoal, a assegurar os cuidados médicos àqueles utentes, a partir das 17h 30m.”-----

Em Constância a situação é estável, porquanto todos os utentes têm médico de família, não obstante se verificar uma sobrecarga de trabalho da médica que para além do seu ficheiro, assegura as consultas uma tarde por semana em Martinchel, duas tarde no serviço de recurso em Abrantes e a saúde materna e infantil dos utentes de Montalvo.”-----

Quanto à situação da extensão de saúde de Montalvo, os utentes continuam a enfrentar a dolorosa situação de não terem médico de família há mais de dois anos, sendo que os cuidados médicos prestados em situação de recurso (nem sempre garantida) são de duas tardes por semana em Montalvo e nos restantes dias no Centro de Saúde de Abrantes, com a agravante de nem sempre serem atendidos.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Esta é uma situação que compromete a Qualidade dos Cuidados de Saúde Primários prestados sendo que na situação de consulta de recurso o médico desconhece o seu historial clínico, familiar e social do utente, com prejuízo imediato para o paciente e a curto médio prazo para o Serviço Nacional de Saúde.-----

Ao nível dos cuidados de enfermagem existe uma enfermeira chefe que não tem atividade assistencial, duas enfermeiras no quadro de pessoal sendo que uma delas está de atestado médico e uma com contrato até final de agosto.-----

Perante esta situação a extensão de saúde de Montalvo continua sem serviço de enfermagem tendo os utentes que se deslocar ao Centro de Saúde de Constância.-----

Aproximando-se o período de férias prevê-se que esta situação se agrave.-----

Por outro lado e tendo em conta a análise e discussão do Plano de Ação do Conselho Local de Ação Social de Constância na reunião plenária realizada no passado dia 21 de junho, verificou-se que no Eixo de Intervenção referente à Saúde a representante do Centro de Saúde solicitou em nome do Sr. Diretor Executivo do ACES que o objetivo que referia “Manter todos os espaços de prestação de cuidados de saúde primários do concelho a funcionar” passasse a ter a seguinte redação “Garantir a continuidade da prestação de cuidados de saúde no concelho”.-----

Ao apresentar esta proposta de alteração a representante do centro de Saúde foi confrontada com a oposição de muitos representantes de outras entidades com assento no CLAS dado que esta proposta foi considerada como uma forma de não assumir a garantia da prestação de cuidados de saúde nas extensões de saúde, designadamente em Montalvo.-----

No meu entender esta é uma situação que nos deve preocupar porque face ao que se verifica noutros concelhos, cujas extensões de saúde têm sido encerrados não me admira que possa ser equacionado o encerramento da extensão de saúde de Montalvo.-----

Perante a situação descrita, a Câmara municipal deve continuar a insistir junto dos órgãos da tutela para que rapidamente resolvam a falta de recursos humanos, com vista a garantir a plena prestação dos cuidados de saúde Primários a que as populações têm direito.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar junto das entidades ARSLVT e Secretário de Estado da Saúde as preocupações constantes na informação prestada pela Vereadora Júlia Amorim, que detém o Pelouro da Saúde. -----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. EXPEDIENTE-----

1.1 - 14.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 11.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 14.ª Alteração ao Orçamento e 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano de 2012. -----

-----2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 04 de julho de 2012, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 1.622,27 (mil seiscientos e vinte e dois euros e vinte sete cêntimos); **Instituições de Crédito:** € 389.348,88 (trezentos e oitenta e nove mil trezentos e quarenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 396.324,65 (trezentos e noventa e seis mil trezentos e vinte e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos); **Em Documentos:** € 15.823,85 (quinze mil oitocentos e vinte e três euros e oitenta e cinco cêntimos); **TOTAL:** € 412.148,50 (quatrocentos e doze mil cento e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias:** € 236.386,41 (duzentos e trinta e seis mil trezentos e oitenta e seis euros e quarenta e um cêntimos); **- Operações de Tesouraria:** € 159.938,24 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e trinta e oito euros e vinte e quatro cêntimos). -----

2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 18/06/2012 a 29/06/2012, na importância global de € 511.642,51 (quinhentos e onze mil seiscientos e quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos). -----

-----3. PATRIMÓNIO-----

3.1 - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO ARRENDAMENTO DO ESPAÇO DESTINADO A COMÉRCIO OU SERVIÇOS INDIFERENCIADOS, SITO NA RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 38, EM CONSTÂNCIA -----

Não foi apresentada qualquer proposta. -----

-----4. OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS-----

4.1 - MARIA JOSÉ DOS SANTOS MORGADO GARCIA (PROC. N.º 42/2012) - EMISSÃO DE CERTIDÃO - AUMENTO DO NÚMERO DE COMPROPRIETÁRIOS



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

LOCALIZAÇÃO: VALE DA LÉGUA – MONTALVO -----

INFORMAÇÃO DA DGPU: “Analisando o requerimento e restante documentação apresentada, por Maria José dos Santos Morgado Garcia, no sentido da emissão de parecer sobre a pretensão de aumento do número de comproprietários relativamente aos seguintes prédios rústicos: -----

1. Denominado “Courela do Calafate”, com o artigo matricial n.º 15 da secção 005, inserido na matriz cadastral da freguesia de Montalvo, com a seguinte composição: terra de sementeira de sequeiro e regadio, com oliveiras e outras árvores de fruto, com a área total de 14.160m²; -----
2. Denominado “Hastil”, com o artigo matricial n.º 17 da secção 005, inserido na matriz cadastral da freguesia de Montalvo, com a seguinte composição: terra de sementeira de sequeiro e vinha, com a área total de 11.720m²; -----
3. Denominado “Courela da Quinta”, com o artigo matricial n.º 29 da secção 005, inserido na matriz cadastral da freguesia de Montalvo, com a seguinte composição: terra de sementeira de sequeiro e regadio, com oliveiras, com a área total de 25.880m²; -----
4. Denominado “Casal” ou “Quinta da Léguas”, com os artigos matriciais n.º 31, n.º 33 e n.º 34 todos da secção 005, inseridos na matriz cadastral da freguesia de Montalvo, com a seguinte composição: terra de sementeira de regadio e sequeiro, mato, pinhal, oliveiras e sobreiros, com a área total de 468.440m²; -----

Verifica-se que não se mostram preenchidos, no caso vertente, os requisitos negativos referidos no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, designadamente porque do ato em causa não resultará parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana, nada obstante, por conseguinte, a que a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável, uma vez que tal não significa concordância com edificação, loteamento ou urbanização. -----

Não se vê assim qualquer impedimento à certificação solicitada.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, emitir a certidão solicitada. -----

-----5. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

5.1 - EMPREITADA "ALTERAÇÃO DE MORADIA, N.º 22 - RUA LUÍS DE CAMÕES - CONSTÂNCIA" -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação na data da abertura do respetivo concurso, Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de março, não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivas das empreitadas, sugere-se que o mesmo seja aprovado mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no citado diploma legal, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser feito por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 217º do citado Decreto-Lei. -----

Mais se informa que, serão aplicados à vistoria e ao auto de receção definitiva os preceitos correspondentes da receção provisória, nos termos do n.º 3 do artigo 227º do D.L. 59/99 de 2 de março. -----

Em face do exposto, propõe-se que o auto de receção definitiva da empreitada supra citada e que se anexa, seja submetido à aprovação do Executivo Camarário.” -----

AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA: “Da empreitada, Alteração de Moradia, N.º 22 – Rua Luís de Camões – Constância, adjudicada a ALPESO – CONSTRUÇÕES, SA., pelo MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, por contrato de dois de novembro de dois mil e seis, pela importância de € 45.310,98 (quarenta e cinco mil trezentos e dez euros e noventa e oito centimos). -----

Aos dezoito dias de junho de dois mil e doze, compareceram no local da obra o Sr.º Eng.º Sérgio Paulo Fernandes Correia como representante do dono da obra e a Sr.ª Eng.ª Célia Márcia Marques Vicente como representante do adjudicatário, tendo verificado que os trabalhos se encontravam bem conservados, razão porque a considera em condições de ser recebida definitivamente. -----

E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o auto de receção definitiva da empreitada. ---

-----6. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

6.1 - PRÉMIO CAMÕES - ANO LETIVO 2011/2012 -----

INFORMAÇÃO DA VEREADORA JÚLIA AMORIM: “O Prémio Camões tem como objetivo incentivar o desempenho escolar em todos os seus níveis e premiar o mérito, numa assumida cultura de valorização da excelência enquanto instrumento preponderante para o desenvolvimento, cultural e social dos jovens e, consequentemente, da sociedade em geral.

Assim, e considerando a educação como um dos principais alicerces de desenvolvimento das sociedades, sugere-se a atribuição de um apoio financeiro, no montante de € 700,00



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

(setecentos euros), à Escola Básica e Secundária Luís de Camões, face à importância do prémio supra identificado.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de € 700,00 (setecentos euros). -----

6.2 - VIAGEM DE ESTUDO PORTUGAL/ESPANHA - PROPOSTA DE ALARGAMENTO DO N.º DE ALUNOS A BENEFICIAR A VIAGEM DE ESTUDO

Como o número de candidatos foi inferior ao esperado, poderá ser alargada a hipótese de alunos do concelho a frequentar o 10.º e 12.º ano em escolas fora do concelho, bem como alunos do Concelho a frequentar o ensino superior, tenham a oportunidade de beneficiar desta viagem de estudo, por ordem de inscrição. -----

A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Vereador Rui Vermelho (PS), aprovar a proposta. -----

7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

7.1 - U.D.O. - UNIÃO DESPORTIVA DO OESTE: E-mail datado de 11 de junho de 2012, solicitando um apoio para a realização da 7.ª Volta a Portugal Júnior (ciclismo), que se irá realizar de 30 de agosto a 2 de setembro do corrente ano. -----

INFORMAÇÃO DA VEREADORA JÚLIA AMORIM: “Na sequência do pedido de apoio solicitado pela Associação “União Desportiva do Oeste”, realizou-se uma reunião com a Comissão organizadora do evento desportivo supracitado, a fim de se obterem esclarecimentos sobre o apoio pretendido e avaliar o impacto do evento para o concelho.

Numa organização da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP/FPC) e da União Desportiva do Oeste (UDO), realiza-se de 30 de agosto a 2 de setembro a 7.ª edição da Volta a Portugal Júnior que percorrerá os distritos da Guarda, Castelo Branco, Santarém, Leiria e Lisboa. -----

A prova conta com um total de 17 equipas, cada uma com 6 a 8 atletas e staff técnico (motoristas, médicos, fisioterapeutas, treinadores, etc.) o que representa cerca de 200 indivíduos e 30 viaturas. -----

A concretizar-se o apoio solicitado a partida simbólica ocorrerá entre as 11h30m e as 13h00 junto ao monumento a Camões no dia 31 de agosto, passando pela zona alta da vila até à rotunda e tomando a Estrada Nacional 3 em direção à Batalha. -----

O apoio solicitado tem um custo previsto de 178 euros para o alojamento e 80 euros para refeições. -----

Assim, considerando: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

- A divulgação turística, quer através da RTP2 quer pela participação das cerca de duas centenas de pessoas envolvidas bem como espetadores, com o consequente retorno económico para o comércio local; -----
- A sensibilização para a prática da modalidade; -----
- A possibilidade de proporcionar aos municípios um evento na vertente do desporto espetáculo. -----

Propõe-se a prestação de apoio nos termos solicitados.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, conceder o apoio solicitado. -----

-----8. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

8.1 - PROGRAMA VIVER CONSTÂNCIA - EDIÇÃO DE 2011 -----

PROPOSTA DOS VEREADORES DO PS: “Os Vereadores do Partido Socialista propõem o alargamento de apoio financeiro ao Programa Viver Constância – Edição de 2011 como forma de: -----

A) Permitir que mais candidatos possam beneficiar de um programa de apoio que se pretendia anual, mas que apenas proporcionou recentemente a 1ª edição deste mandato, defraudando expectativas criadas no mandato anterior; -----

B) Atenuar o efeito na seriação dos candidatos no que respeita à aplicação de alguns critérios que parecem ser interdependentes (urgência de intervenção por motivos de segurança – questões de salubridade – questões de conforto e habitabilidade); -----

C) Valorizar em prol da população o vastíssimo e importante trabalho realizado pelos técnicos da autarquia; -----

D) Aplicar o apoio em tempo adequado à realização de obras em telhados e coberturas. -----

Como tal, já decorrido mais de um mês, para que se tenha analisado a disponibilidade financeira da autarquia, voltam a propor um aumento de dotação de 20 mil euros à edição 2011, ajustável ao valor superior necessário para que o último candidato a seleccionar seja devidamente apoiado.” -----

A Câmara deliberou por maioria, rejeitar a proposta com a seguinte votação: 2 votos contra – Presidente e Vereadora da CDU-----

-2 votos a favor – Vereadores do PS.-----

O Presidente usou do direito o voto de qualidade.-----

O Presidente da Câmara apresentou declaração de voto: “O Presidente justifica o seu voto contra a proposta dos Vereadores do PS pela impossibilidade de garantir disponibilidade financeira sem uma análise cuidadosa dos fundos disponíveis e pelo facto de os Vereadores do PS não terem aceite uma alteração ao texto da proposta no sentido de ser uma



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

recomendação para se reforçar a dotação em cerca de 20 000,00 euros e não uma imposição de comprometimento, sem se conhecer previamente a possibilidade desse mesmo reforço”.--

8.2 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA EMPRESA DE INSERÇÃO "OS QUATRO CANTOS DO CISNE" -----

PROPOSTA DOS VEREADORES DO PS: “Perante a manutenção do elevado número de trabalhadores que, por via da Empresa de Inserção, presta serviços na autarquia, na medida da forte parceria com a entidade promotora “Os Quatro Cantos do Cisne”, da necessidade de transparência quanto à aplicação dos dinheiros públicos e em função da ausência de informações sobre a atuação da Rede Social e do Conselho Local de Ação Social no que respeita à avaliação e acompanhamento da Empresa de Inserção, os vereadores do Partido Socialista propõem, com caráter de urgência: -----

- i. Apresentação à Câmara Municipal das contas da Associação Os Quatro Cantos do Cisne no que respeita à Empresa de Inserção, referentes aos anos do presente mandato autárquico - 2009, 2010 e 2011 - e sua disponibilização aos vereadores; -----
- ii. Identificação dos técnicos que, na Empresa de Inserção, acompanham os trabalhadores inseridos e a execução do projeto e protocolos relacionados; -----
- iii. Cumprimento do direito de informação aos vereadores no que respeita ao requerimento sobre esta matéria apresentado na reunião nº 5, realizada a de 01 de março de 2012; -----
- iv. Conclusão do processo de análise referente à redução remuneratória inerente às limitações impostas para o cumprimento do Orçamento de Estado de 2011 e 2012, no que respeita à sua aplicação à Empresa de Inserção. -----

Recomendam desde já que, de seguida, se proceda ao agendamento da discussão de ponto referente à negociação do protocolo e revisão da tabela da prestação de serviços em vigor.”

A Vereadora Júlia Amorim no seguimento da análise da proposta apresentada pelos Vereadores do PS prestou os seguintes esclarecimentos: “A portaria n.º 348-A/98 de 18 de junho define o regime a que no contexto do mercado social de emprego, obedece o reconhecimento e a concessão de apoios técnicos e financeiros às Empresas de Inserção, enquanto medida de política ativa de emprego promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.-----

Para efeitos do presente diploma são empresas de inserção as pessoas coletivas sem fins lucrativos e as estruturas de pessoas coletivas sem fins lucrativos dotadas de autonomia administrativa e financeira que tenham por fim a reinserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

As empresas de inserção têm como objetivos: -----

- Combater a pobreza e a exclusão social, através da inserção ou reintegração profissionais;
- Permitir a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade; -----
- Criar postos de trabalho. -----

No concelho de Constância existe apenas uma Empresa de Inserção promovida pela Associação “Os Quatro Cantos do Cisne”, com a qual a Câmara Municipal de Constância estabeleceu um protocolo em 27 de outubro de 1999. Posteriormente, em 5 de março de 2001, foi feita uma adenda ao referido protocolo com o objetivo de estabelecer a atualização dos valores devidos pelos serviços prestados no âmbito da “Empresa de Inserção”. -----

Com a finalidade de clarificar o período de vigência do protocolo e introduzir algumas cláusulas que clarificassem situações e procedimentos que permitissem garantir uma maior operacionalidade nas relações entre as duas entidades e os trabalhadores envolvidos, foi aprovado por unanimidade algumas alterações ao protocolo inicial. -----

Após a contextualização do assunto em análise e no respeitante às questões mencionadas no requerimento apresentado pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista cumpre informar o seguinte: -----

a) Sendo que o acompanhamento e fiscalização da “Empresa de Inserção” são da Competência do Instituto de Emprego Formação Profissional, conforme preconiza o art.º 22 do referido diploma e o ponto 2 do art.º 21 que diz: “Em caso de incumprimento injustificado das obrigações assumidas através do termo de responsabilidade, a entidade beneficiária é obrigada a reembolsar o IEFP, nos termos do Decreto-Lei n.º 437/78, de 28 de dezembro considera-se não ser competência da câmara municipal fiscalizar as contas da associação “Os Quatro Cantos do Cisne” no respeitante à empresa de inserção, nem tão pouco interferir no trabalho dos técnicos da associação sob pena de intromissão na autonomia da associação. -----

Contudo, e em face do exposto infere-se que pela duração da “Empresa de Inserção” e pela renovação dos ciclos de inserção a mesma esteja a funcionar nos termos legais porquanto se tal facto não acontecesse e se verificasse incumprimento, naturalmente que o Instituto de Emprego e Formação Profissional não aprovaria a renovação de sucessivos ciclos de inserção. -----

b) De acordo com as diretrizes emanadas pelo IEFP é efetuada a avaliação dos trabalhadores no âmbito da sua formação / profissionalização; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Quanto à documentação referente à “Empresa de Inserção”, a mesma encontra-se arquivada de acordo com as normas da Secção de Expediente Geral, da Secção Financeira, do Serviço de Documentação e Biblioteconomia e do Serviço de Recursos Humanos. -----

c) d) Quanto ao número de trabalhadores cujo contrato de trabalho se iniciou: -----

- no ano de 2009 – duas assistentes operacionais -----

- no ano de 2010 – quatro assistentes operacionais, sendo duas do sexo feminino -----

No ano de 2011 – seis assistentes operacionais, sendo cinco do sexo feminino -----

Até ao dia 30 de junho de 2012 – dois assistentes operacionais, sendo uma do sexo feminino

e) Quanto ao cumprimento do protocolo o mesmo tem sido cumprido; -----

f) Quanto à atualização dos valores inscritos na tabela, os mesmos são “atualizados de acordo com o Salário Mínimo Nacional e também com alterações ao nível dos encargos da Empresa de Inserção nomeadamente com os seguros de acidentes de trabalho”, conforme estabelece a adenda ao protocolo, no respeitante à tabela de custo mensal / trabalhador referente a 2012 é igual à de 2011. -----

Apesar da existência desta medida se reportar à década de noventa, torna-se hoje, mais do que nunca indispensável face ao aumento do índice de desemprego e ao consequente aumento da pobreza e exclusão social pelo que a colaboração entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as entidades promotoras das empresas de Inserção e as entidades que acolhem os trabalhadores é indispensável para concretizar os objetivos preconizados na portaria n.º 348-A/98. -----

Assim, a avaliação que se faz é muito positiva pois além de permitir a integração profissional e social dos indivíduos que reúnem os requisitos para integrarem a empresa de inserção, permite às entidades (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e outras) suprirem necessidades de pessoal a custos mais reduzidos, de poderem exercer o dever de responsabilidade social permitindo que os trabalhadores adquiram um currículo profissional, direitos sociais, recursos económicos e hábitos de trabalho. -----

A título de exemplo, com esta medida, um trabalhador com a categoria de assistente operacional tem um custo por ano para a câmara municipal, de 6.351,84 euros, auferindo o salário mínimo nacional, com direito a férias, subsídio de férias e de natal, desconto para a segurança social, seguro de acidentes pessoal e subsídio de alimentação sendo que um trabalhador com a mesma categoria profissional com contrato com a câmara municipal tem um custo anual para a autarquia de 9.435,02 euros. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Isto é o que se oferece dizer no âmbito do ponto em análise sendo de realçar que este é um exemplo de boa aplicação dos dinheiros públicos com vantagens inquestionáveis para as partes envolvidas.” -----

A Câmara deliberou por maioria, rejeitar a proposta, com a seguinte votação:-----

- 2 votos contra – Presidente e Vereadora da CDU-----

- 2 votos a favor – Vereadores do PS-----

O Presidente usou do direito a voto de qualidade.-----

Os Vereadores do PS apresentaram declaração de voto: “A empresa de inserção é desenvolvida pela Associação Os Quatro Cantos do Cisne, mas resultou também das vontades das entidades com intervenção na área social do concelho de Constância, com o forte aval e parceria desta autarquia e do agrupamento de escolas. Estranha-se que não haja, por isso mesmo, informação ou avaliação do CLAS ou da Rede Social sobre a implementação de um projeto que já se desenvolve há 12 anos.-----

Por outro lado, as condições de desenvolvimento desse projeto e ligação à autarquia já foram alteradas mais do que uma vez, uma delas por ocasião e na medida de recomendações da IGAL, em 2009. Mas, nunca se discutiu ou reviu a forma de cálculo da tabela de prestação de serviços e as contas da empresa de inserção, nem se abordou o seu funcionamento, o acompanhamento prestado aos trabalhadores assim como os resultados obtidos na sua inserção após a conclusão do seu período na empresa de inserção. Falando-se em 2011 e 2012 em redução remuneratória na prestação de serviços, atendendo ao elevado número de trabalhadores colocados através da única empresa de inserção na Câmara Municipal, é mais do que ocasião para se esclarecerem e avaliarem os resultados e reverem todos os contornos da empresa de inserção.-----

8.3 - LEI DOS COMPROMISSOS, PAGAMENTOS EM ATRASO E UTILIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO -----

PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE: “No passado dia 20 de junho a POCALENTEJO, Lda, iniciou os seus serviços de assessoria técnica na área financeira no município de Constância. Nas sessões de trabalho dos dias 20 e 28 de junho a empresa efetuou com os serviços de contabilidade -, uma análise ao trabalho desenvolvido por este setor conducente à prestação da informação que periodicamente tem de ser prestada no SIIAL relativa à LCPA. A dita análise deverá ser concluída, nomeadamente ao nível do detalhe temporal dos compromissos em curso. -----

Da análise já efetuada e de acordo com a informação emanada da POCALENTEJO, Lda conclui-se o seguinte: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

1. Os serviços foram diligentes e procuraram, tão prontamente quanto possível, proceder à entrega da referida informação nos prazos, muito apertados, dados pela DGAL; -----
2. Acresce que essa informação foi prestada em condições de precariedade, pois, para além da não publicação à data do Decreto-Lei Regulamentar, a própria aplicação informática ainda não trata adequadamente os dados para prestar a referida informação. -----
3. Foi apenas no dia 21 de junho que foi publicado o Decreto-Lei 127/2012 que veio regulamentar a Lei 8/2012. -----
4. De acordo com o número 4 do citado Decreto-Lei, as entidades que não tenham pagamentos em atraso estão isentas do dever de prestação de informação relativa aos fundos disponíveis. -----
5. Ora, o município de Constância integra-se no conjunto de entidades que não têm pagamentos em atraso, informação essa que, atempadamente prestaram à DGAL (quer na versão anterior, quer na versão 2012). -----
6. O reporte de junho, a entregar nos primeiros dias de julho, evidencia que se mantém a inexistência de pagamentos em atraso. -----
7. Embora o município se mantenha na situação de não ter pagamentos em atraso constatámos que existem situações pontuais e sem relevância material de documentos que são registados fora do período normal pelo facto de serem desconhecidos da contabilidade dentro dos prazos normais. Importa corrigir esta situação de modo a que as correções, ainda que mínimas, tendam a desaparecer. --
8. O facto de o município estar dispensado de prestação da informação relativa aos fundos disponíveis (não aos pagamentos em atraso) não significa estar dispensado do cumprimento das regras de assunção de compromissos de acordo com as normas previstas na LCPA, exigindo-se assim, a comprovação da existência de fundos disponíveis como condição necessária para a assunção de compromissos. Daqui, considerarmos importante e necessário que os serviços mantenham essa informação permanentemente atualizada. -----
9. Analisada a informação prestada que se relaciona com os pagamentos em atraso constatámos que os serviços se limitaram a exportar o quadro produzido pela aplicação, sem que tenham prestado a informação relativa a "contas a pagar" e a "passivos". Tal falta é perfeitamente justificável pois a aplicação SCA não produz automaticamente esta informação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

10. No sentido de procurar completar com os serviços a referida informação iniciámos o processo através do recurso à exportação para folha de cálculo da informação indispensável ao cálculo dos elementos em falta. -----
11. O cálculo dos pagamentos em atraso pode ser obtido através da exportação para Excel do mapa de Dívidas a terceiros até à data (neste caso 30-06-2012) por data de documento, procedendo-se posteriormente à obtenção de subtotais do seu valor total em função da desagregação económica constante no referido mapa. -----
12. O modo prático de obtenção desses valores foi testado para o reporte de maio, podendo os serviços repetir o processo para o apuramento dos valores relativos a junho. -----
13. A informação, relativa a “pagamentos em atraso” e “passivo”, além de obrigatória, reveste-se de enorme importância para a gestão, já que ao informar sobre valores em dívida¹ (vincenda, vencida e acréscimos de custos) permite antecipar a elaboração de um plano de tesouraria e de programação financeira que impeçam o município de passar para uma situação em que os pagamentos em atraso se tornem positivos. -----
14. É de referir que no apuramento então efetuado foram contabilizados 481.036 euros nas “contas a pagar”. Trata-se de valores a pagar essencialmente relacionados com obras financiadas, sendo aconselhável, o que comprovámos ser efetuado, que os pedidos de pagamento sejam apresentados com celeridade. -----
15. Relativamente ao cálculo dos fundos disponíveis o modelo vigente tem por base o somatório das receitas acumuladas já concretizadas até ao período anterior com a previsão das mesmas receitas a arrecadar no período dos três meses seguintes ao reporte. E, quando necessário, podem acrescer outros valores, devidamente autorizados pelo órgão executivo, que correspondem a antecipação de receitas previstas para ocorrerem em período posterior ao do reporte. -----
16. Por outro lado o montante máximo possível de autorização está condicionado aos montantes de compromissos aprovados e cuja obrigação de pagar se integra em períodos que ultrapassam o horizonte temporal do reporte. -----
17. Da conjugação dos fatores atrás enunciados resulta que: -----
- a. Toda a receita efetivamente arrecadada desde o início do período orçamental deve ser tomada em consideração, -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

- b. Ao valor anterior deve acrescer o saldo de gerência no período seguinte ao da aprovação da sua utilização. -----
- c. O apuramento dos valores previsionais para os três meses seguintes deve ser objetivo e prudente, considerando para o efeito as transferências do Orçamento de Estado e os valores que fundamentadamente se espera virem a ocorrer relativos às receitas próprias. -----
- d. Aos valores das alíneas anteriores acrescem os relativos a empréstimos que se espera poder utilizar e a verbas do QREN já solicitadas mas ainda não recebidas, informação que se encontra devidamente controlada pelos serviços. -----
- e. Para além das verbas anteriores podem ainda ser adicionados os valores relativos a dívidas em atraso de instituições abrangidas pela LCPA, de acordo com os períodos previstos nos seus planos de pagamentos. Porém, como nesses planos se desconhecem tais valores não foram utilizados nas estimativas a que procedemos. -----
- f. No sentido de ultrapassar a falta evocada na alínea anterior importa oficiar essas instituições para que forneçam o seu plano de pagamentos relativos a esses créditos. -----
18. Efetuado o apuramento dos fundos disponíveis para os meses de maio, junho e julho (este último provisório) constata-se que o valor dos compromissos assumidos é superior ao montante de fundos disponíveis. -----
19. Para colmatar este défice torna-se obrigatório que a Câmara Municipal aprove, ao abrigo do artigo 4º da lei 8/2012 e nas condições definidas no nº2 do artigo 6º do DL127/2012, autorizar o aumento temporário de fundos disponíveis. -----
20. As condições para que o possa fazer consistem em antecipar fundos que irá receber, no montante máximo dos compromissos cuja obrigação de pagar irão reportar a períodos posteriores ao do reporte. -----
21. Assim, analisado o montante de compromissos obtemos os valores constantes do quadro seguinte: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Em euros

		abril	maio	junho
Compromissos assumidos		5.308.222	5.820.146	6.310.746
Pagamentos		2.594.491	3.192.204	3.855.613
Compromissos por pagar		2.713.731	2.627.942	2.455.133

22. Atendendo à inexistência de pagamentos em atraso e ao valor de contas a pagar, comprova-se que a obrigação de parte substancial dos pagamentos por pagar reporta a períodos posteriores a setembro (último mês do reporte de julho). -----
23. Contudo, como referimos logo no início deste ponto não completámos ainda a análise detalhada dos prazos dos compromissos por pagar. -----
24. Daqui que avancemos para uma utilização minimalista na proposta relativa ao montante de antecipação de fundos. -----
25. Esta metodologia condicionará a assunção de compromissos no mês de julho já que aponta para um máximo de novos compromissos a assumir, vencimentos incluídos, no valor de 236.000 euros. -----
26. No conjunto dos valores de receita previsionais considerámos o montante de 140.000 euros ainda não utilizados de um empréstimo aprovado em 2011. -----
27. A proposta de deliberação salvaguarda a cobertura integral de compromissos assumidos nos meses de maio e junho e garante o saldo positivo de fundos disponíveis constantes do ponto 25. -----
28. O montante total da autorização a aprovar pela CMC e a incluir no reporte de maio é de 1.424.051,00 €. -----
29. No reporte de julho procede-se à correção deste valor no montante de 275.551 euros, ficando assim por corrigir nos períodos seguintes o montante de 1.148.500 euros. -----
30. O valor por corrigir corresponde apenas a 47,12% dos compromissos por pagar, o que salvaguarda claramente os limites definidos no ponto 19. -----
31. As verbas a receber e utilizadas para a antecipação de fundos são as constantes no mapa seguinte: -----

	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
Receitas Gerais						
OE	275.551	275.551	275.551	275.551	1.102.204	826.653
Receitas Próprias	100.631	156.206	130.623	77.526	464.986	464.986
I/C Ponte	93.761	29.750				123.511
I/C C Escolar	96.530	291.276				387.806
						1.802.956

32. Segue-se a demonstração dos fundos disponíveis. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Mapa de Fundos Disponíveis (modelo e exemplo de preenchimento)	(Valores acumulados desde o início do ano, em euros)	(valores mensais, em euros)				(cálculo automático)
	(mês anterior)	(mês atual)	(mês atual+1)	(mês atual+2)		
2012	Abril	Maio	Junho	Julho	Total acumulado	
Transferências ou subsídios com origem no OE	1.143.775,47	275.550,90	275.550,90	275.550,90	1.970.428	
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	1.052.541,38				1.052.541	
Previsão da receita efetiva própria		243.248,89	287.136,00	247.130,00	777.515	
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000	
Transferências do QREN ainda não efetuadas	649.930,450	59.019,760	317.929,27	119.798,32	1.146.678	
Correções por recebimento efetivo	-649.930,450				-649.930	
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º	1.424.051				1.424.051	
De receitas gerais	1.000.000,00				1.000.000	
De receitas próprias	424.051,00				424.051	
De empréstimos	0				0	
De aplicação de saldos de gestão ou de ativos financeiros					0	
Correções de receitas gerais	0	0	0		0	
Correções de receitas próprias		0	0	0	0	
Correções de empréstimos	0	0	0	0	0	
Subtotal	3.770.368	577.820	880.616	642.479	5.871.283	
Compromissos assumidos	5.308.221,72				5.308.222	
Pagamentos	2.594.491				2.594.491	
Compromissos assumidos por pagar					2.713.731	
FUNDOS DISPONÍVEIS		563.061				
Por memória: Receita extraordinária	0	0	0	0	0	

Mapa de Fundos Disponíveis (modelo e exemplo de preenchimento)	(Valores acumulados desde o início do ano, em euros)	(valores mensais, em euros)				(cálculo automático)
	(mês anterior)	(mês atual)	(mês atual+1)	(mês atual+2)		
2012	Maio	Junho	Julho	Agosto	Total acumulado	
Transferências ou subsídios com origem no OE	1.419.326,37	275.550,90	275.550,90	275.550,90	2.245.979	
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	1.354.810,03				1.354.810	
Previsão da receita efetiva própria		287.136	247.130	157.840	692.106	
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	150.000,00	0	0	0	150.000	
Transferências do QREN ainda não efetuadas	708.950,21	317.929,27	119.798,32		1.146.678	
Correções por recebimento efetivo	-708.950,21	0,00	0,00	0,00	-708.950	
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º	1.424.051				1.424.051	
De receitas gerais	1.000.000,00				1.000.000	
De receitas próprias	424.051,00				424.051	
De empréstimos	0				0	
De aplicação de saldos de gestão ou de ativos financeiros	0,0				0	
Correções de receitas gerais	0	0	0	0	0	
Correções de receitas próprias	0	0	0	0	0	
Correções de empréstimos	0	0	0	0	0	
Subtotal	4.348.187	880.616	642.479	433.391	6.304.674	
Compromissos assumidos	5.820.145,71				5.820.146	
Pagamentos	3.192.203,91				3.192.204	
Compromissos assumidos por pagar					2.627.942	
FUNDOS DISPONÍVEIS		484.528				
Por memória: Receita extraordinária	0	0	0	0	0	



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Mapa de Fundos Disponíveis (modelo e exemplo de preenchimento)	(Valores acumulados desde o início do ano, em euros)	(valores mensais, em euros)				(cálculo automático)
	(mês anterior)	(mês atual)	(mês atual+1)	(mês atual+2)		
2012	Junho	Julho	Agosto	Setembro		Total acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	1.701.220,36	275.550,90	275.550,90	275.550,90		2.527.873
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	1.721.942,02					1.721.942
Previsão da receita efetiva própria		247.130	157.840	100.631		505.601
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	150.000,00	0	140.000,00			290.000
Transferências do QREN ainda não efetuadas	1.026.879,48	119.798,32	0,00			1.146.678
Correções por recebimento efetivo	-1.026.879,48	0,00	0,00	0,00		-1.026.879
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º	1.600.139					1.600.139
De receitas gerais	1.000.000,00					1.000.000
De receitas próprias	424.051,00					424.051
De empréstimos	0					0
De aplicação de saldos de gerência ou de ativos financeiros	176.088,00					176.088
Correções de receitas gerais	0	0	0	-275.551		-275.551
Correções de receitas próprias	0	0	0	0		0
Correções de empréstimos	0	0	0	0		0
Subtotal	5.173.301	642.479	573.391	100.631		6.489.803
Compromissos assumidos	6.253.717,78					6.253.718
Pagamentos	3.816.497,29					3.816.497
Compromissos assumidos por pagar						2.437.220
FUNDOS DISPONÍVEIS		236.085				
Por memória: Receita extraordinária	0	0	0	0		0

33. Embora o município esteja legalmente dispensado de entregar no SIAL os mapas de fundos disponíveis dado que foram entregues com valores errado os reportes de maio e junho recomenda-se que os serviços procedam à sua correção e entreguem igualmente o reporte de julho. -----

-----UTILIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS-----

No que concerne à utilização do empréstimo aprovado e visado em 2011 no montante de 140.000 euros, foi emitido o seguinte parecer: -----

1. O montante máximo de dívida de empréstimos médio e longo prazo encontra-se determinado no n.º 2 do artigo 39º da Lei 2/2007 (Lei de Finanças Locais). -----
 2. O montante em dívida do município de Constância encontra-se bastante longe do valor referido em 1. -----
 3. Contudo a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2012, à semelhança do já estabelecido na LOE para 2011 vem condicionar e limitar o montante máximo da Lei de Finanças Locais. -----
 4. É assim que o n.ºs 2 a 4 do artigo 66º da LOE vem determinar: -----
- 2 — No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.os 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 - /2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

3 — O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2010 é corrigido, até 30 de Junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2011. -----

4 — O rateio referido nos n.os 2 e 3 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazos para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana. -----

5. Embora o artigo da LOE atrás citado se refira à contratação de novos empréstimos, certo é que acaba por estabelecer um limite máximo de endividamento para cada município que se situa claramente abaixo do limite máximo definido pela LFL, já que resulta do montante do rateio a imputar a cada município. -----

6. Situação que já aconteceu, exatamente nos mesmos termos em 2011. -----

7. Esta restrição não impediu o município de Constância de ter aprovado em 2011 um empréstimo de 140.000 euros que acabou por não ser utilizado. -----

8. O Decreto-Lei 32/20122, de 13 de fevereiro, Lei da execução orçamental, estabeleceu no seu artigo 58º que a DGAL teria de informar até 15 de junho, o que até à data não aconteceu, os municípios do valor que lhe caberia no rateio, bem como os limites do seu endividamento e endividamento líquido. -----

9. Sendo certo que o limite do endividamento líquido não poderá ultrapassar o registado no ano de 2011, certo é que não existindo qualquer alteração aos critérios do rateio, quando comparados com 2011, somos de opinião que o município de Constância reúne todas as condições de, em segurança utilizar plenamente o saldo do empréstimo aprovado em 2011. -----

De acordo com a informação técnica supramencionada propõem-se que Câmara Municipal aprove, ao abrigo do artigo 4º da Lei 8/2012 e nas condições definidas no nº2 do artigo 6º do DL127/2012, autorizar o aumento temporário de fundos disponíveis do ano de 2012 e utilização do empréstimo de 140.000 euros.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar o aumento temporário de fundos disponíveis para o ano de 2012 e utilização do empréstimo de 140.000 euros.-----

Os Vereadores do PS apresentaram declaração de voto: “Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista manifestam concordância com a necessidade de se usar uma antecipação de fundos, prevista na lei, neste momento de certa indefinição do próprio Governo no que respeita ao cumprimento da lei dos compromissos pelas autarquias. No entanto, revelam preocupação pela falta de identificação dos encargos que mais contribuem para o desequilíbrio financeiro e esperam que esta seja a situação única de exceção.”-----

-----9. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-07-2012

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

-----10. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo, do que dispõe o número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e por mim *Ana Silvério*, Coordenador Técnico, servindo de Secretário, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do número dois do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro. -----

O Presidente da Câmara,

Maximo Sousa

O Coordenador Técnico,

Ana Silvério